



Ministério de Minas e Energia

Consultoria Jurídica

PORTARIA Nº 447, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019.

A MINISTRA DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, Substituta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2019-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.003687/2019-49, resolve:

Capítulo I DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Rio do Cedro Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.305.462/0001-91, com Sede na Rua João Francisco Lisboa, nº 385, Sala E, Várzea, Município de Recife, Estado de Pernambuco, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Rio Verde, integrante da Sub-Bacia 17, Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, nas Coordenadas Planimétricas E=604.883 m e N=8.590.186 m, Fuso 21S, Datum SIRGAS2000, por meio da implantação e exploração da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Foz do Cedro, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.MT.034560-1.01, com 24.000 kW de capacidade instalada e 13.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por duas Unidades Geradoras de 12.000 kW.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da PCH Foz do Cedro, constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/138 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 138 kV, com cerca de sete quilômetros de extensão, em Circuito Duplo, interligando a Subestação Elevadora ao Seccionamento da Linha Lucas do Rio Verde - Tapurah, de responsabilidade da Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Pequena Central Hidrelétrica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 15 de abril de 2021;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 30 de maio de 2021;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de equipamentos eletromecânicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 30 de abril de 2021;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 29 de junho de 2021;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 28 de agosto de 2021;

- f) desvio do Rio - 1ª fase: até 26 de dezembro de 2021;
- g) desvio do Rio - 2ª fase: até 25 de maio de 2022;
- h) início da Concretagem da Casa de Força: até 19 de fevereiro de 2022;
- i) solicitação de Acesso ao Sistema Interligado: até 30 de março de 2022;
- j) início da Montagem Eletromecânica das unidades geradoras: até 19 de junho de 2022;
- k) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 10 de janeiro de 2022;
- l) descida do Rotor da 1ª unidade geradora: até 15 de julho de 2022;
- m) descida do Rotor da 2ª unidade geradora: até 15 de agosto de 2022;
- n) conclusão da Montagem Eletromecânica das unidades geradoras: até 17 de outubro de 2022;
- o) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 2 de outubro de 2022;
- p) início do Enchimento do Reservatório: até 27 de setembro de 2022;
- q) início da Operação em Teste da 1ª unidade geradora: até 16 de novembro de 2022;
- r) início da Operação em Teste da 2ª unidade geradora: até 16 de dezembro de 2022;
- s) início da Operação Comercial da 1ª unidade geradora: até 1º de dezembro de 2022; e
- t) início da Operação Comercial da 2ª unidade geradora: até 31 de dezembro de 2022;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2019-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R\$ 8.935.296,00 (oito milhões, novecentos e trinta e cinco mil e duzentos e noventa e seis reais), que vigorará até noventa dias após o início da Operação Comercial da última Unidade Geradora da PCH Foz do Cedro;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2019-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela PCH Foz do Cedro, enquanto mantiver as características de Pequena Central Hidrelétrica e a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II
DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Geração de Energia Elétrica da PCH Foz do Cedro, detalhado nesta Portaria e no Anexo, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de maio de 2019, são de exclusiva responsabilidade da Rio do Cedro Energia S.A. e constam da Ficha de Dados do Projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Rio do Cedro Energia S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do Projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do Projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Rio do Cedro Energia S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI.

Art. 8º Alterações técnicas ou de titularidade do Projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.12.2019 - Seção 1.

ANEXO

| Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura | |
|---|-----------------------|
| Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica | |
| Representante legal: José Roberto Montenegro Faro | CPF: 308.353.484-15 |
| Responsável técnico: Manoel Vieira Sobrinho | CPF: 166.248.744-49 |
| Contador: Albérico D'Able Silva | CPF: 031.317.614-07 |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R\$) | |
| Bens | 59.348.290,00 |
| Serviços | 99.792.820,00 |
| Outros | 19.564.810,00 |
| Total (1) | 178.705.920,00 |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R\$) | |
| Bens | 53.858.580,00 |
| Serviços | 96.150.380,00 |
| Outros | 19.564.810,00 |
| Total (2) | 169.573.770,00 |
| Período de Execução do Projeto: De 29 de junho de 2021 a 29 de dezembro de 2022. | |